Nota para a Imprensa

28.09.2022





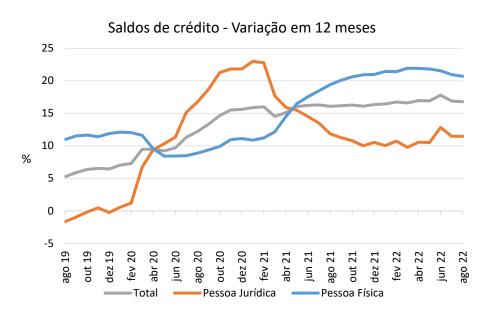
1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

Em agosto de 2022, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro alcançou R\$14,3 trilhões (152,8% do PIB), com elevação de 0,6% no mês. Esse aumento ocorreu majoritariamente nos empréstimos do SFN no mercado doméstico, expansão de 1,6%. Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 10,4%, com relevância para os crescimentos na carteira de títulos de dívida (10,5%) e na carteira de empréstimos do SFN (16,8%).

O crédito ampliado a empresas atingiu R\$4,9 trilhões (52,7% do PIB), alta de 1,0% no mês, influenciada principalmente pelo aumento de 1,5% na dívida externa. No período de 12 meses encerrado em agosto, a elevação de 12,6% do crédito ampliado a empresas decorreu em sua maior parte dos crescimentos de 30,8% em títulos de dívida e de 12,4% na carteira de empréstimos e financiamentos do SFN.

O crédito ampliado às famílias alcançou R\$3,3 trilhões, equivalente a 34,9% do PIB, em agosto, com aumentos de 2,0% no mês e de 19,5% em doze meses, em decorrência do comportamento nos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)



O volume das operações de crédito do SFN alcançou R\$5,1 trilhões em agosto, expansão de 1,6% no mês, composta pelos incrementos de 0,9% na carteira de pessoas jurídicas (saldo de R\$2,1 trilhões) e de 2,1% na de pessoas físicas (R\$3,0 trilhões). Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o crescimento do estoque total de crédito passou de 16,9%, em julho, para 16,8%, em agosto. Esse movimento resultou da

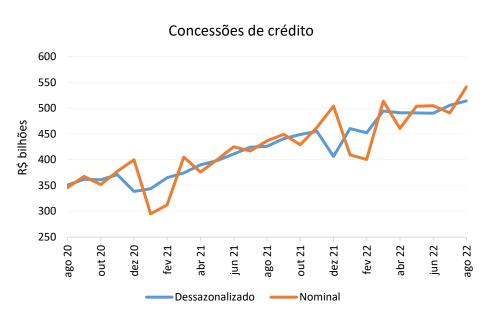
desaceleração de 20,9% para 20,7% no crescimento interanual do crédito para pessoas físicas e da estabilidade em 11,5% da expansão das operações realizadas com empresas, considerando os mesmos períodos de comparação.

O volume de crédito com recursos livres às pessoas jurídicas atingiu R\$1,4 trilhão em agosto, com incrementos de 0,7% no mês e de 16,8% em doze meses. Em julho, o crescimento em 12 meses havia sido de 17,5%. Entre as principais modalidades de crédito que contribuíram para o desempenho do segmento empresarial em agosto, destacaram-se as modalidades desconto de duplicatas e outros recebíveis (+2,9%), capital de giro com prazo superior a 365 dias (+0,9%) e aquisição de veículos (+2,7%).



O volume de crédito com recursos livres às famílias totalizou R\$1,7 trilhão em agosto, com expansão de 1,7% no mês e de 23,0% comparativamente a agosto de 2021. Por modalidades, o crescimento mantevese bem disseminado, com destaque para cartão de crédito total (2,4%), crédito pessoal não consignado vinculado à composição de dívidas (6,7%), crédito pessoal não consignado (1,3%), crédito consignado para servidores públicos (0,8%) e o crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS (1,0%).

O volume de crédito com recursos direcionados somou R\$2,0 trilhões em agosto, altas de 2,2% no mês e de 12,0% na comparação interanual. As operações contratadas com o segmento empresarial registraram expansão 1,4% no mês e de 2,4% em doze meses, atingindo R\$699,5 bilhões, já refletindo novas contratações ocorridas no Pronampe nos meses de julho e agosto. Nas operações com pessoas físicas, o volume de crédito direcionado aumentou 2,6% no mês e 17,8% em doze meses, totalizando R\$ 1,3 trilhão.

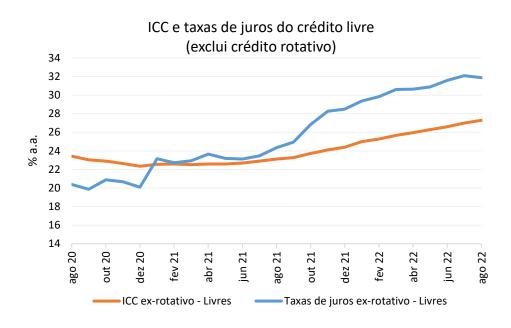


As concessões totais de crédito somaram R\$541,3 bilhões no mês de agosto, o que representou elevação de 24,2% no acumulado em doze meses, em relação aos doze meses anteriores. Nas séries com ajuste sazonal, as concessões para empresas assinalaram expansão mensal de 2,3%, enquanto as para famílias recuaram 2,7%.

A taxa média de juros das concessões de crédito alcançou 28,7% a.a. em agosto, redução de 0,7 p.p. no mês e alta de 7,6 p.p. em doze meses. O *spread* bancário das novas contratações situou-se em 18,6 p.p., com acréscimos de 0,1 p.p. no mês e de 4,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

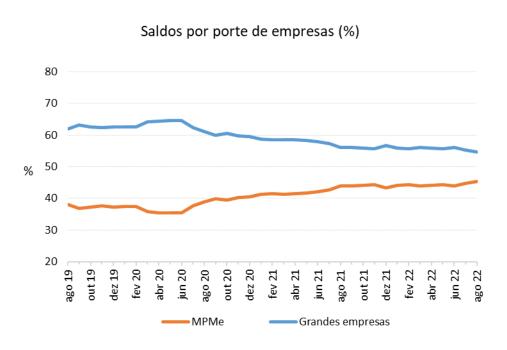
A taxa média de juros do crédito livre atingiu 40,6% a.a. em agosto, com incrementos de 0,2 p.p. no mês e de 10,9 p.p. em doze meses. Nas novas operações de crédito pactuadas com empresas, a taxa média de juros atingiu 22,8% a.a. (-0,6 p.p. no mês e +6,6 p.p. em doze meses). Nas novas concessões para as famílias, as taxas de juros atingiram 53,9% a.a. (+0,5 p.p. no mês e +13,4 p.p. em doze meses).





O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, atingiu 21,0% a.a., elevando-se 0,2 p.p. no mês e 3,5 p.p. em 12 meses. No crédito livre não rotativo, o ICC situou-se em 27,3% a.a., com variações de 0,3 p.p. em agosto e de 4,2 p.p. em 12 meses. O spread geral do ICC aumentou 0,1 p.p. no mês, para 13,7 p.p., acumulando elevação interanual de 1,5 p.p.

A inadimplência do crédito total do sistema financeiro, que considera os atrasos superiores a 90 dias, permaneceu estável em agosto, em 2,8%. Esse resultado refletiu a elevação de 0,1 p.p. nos atrasos acima de 90 dias no crédito livre (3,9%) e a estabilidade no crédito direcionado (1,2%). Em julho, a inadimplência do crédito total elevara-se 0,1 p.p.



O saldo das operações de crédito do SFN com as micro, pequenas e médias empresas cresceu 2,2% e 14,4%, no mês e em 12 meses, respectivamente, ante variações de -0,4% e de 8,2% com o segmento grandes empresas, naqueles mesmos períodos. Como resultado, a participação da carteira de micro, pequenas médias manteve sua trajetória de crescimento gradual ao longo dos últimos dois anos.

O endividamento das famílias com o SFN alcançou 53,1% em julho, o que representou elevações de 0,3% no mês e de 5,1% em 12 meses. Já o comprometimento de renda situou-se em 28,6%, com variações respectivas de 0,5% e 3,8%.



3. Agregados monetários

A base monetária somou R\$395,4 bilhões em agosto, crescimento de 1,5% no mês e redução de 2,7% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação retraiu 0,8% e as reservas bancárias aumentaram 12,9%.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, impactaram de forma expansionista as operações do Tesouro Nacional, R\$7,5 bilhões; as do setor externo, R\$733 milhões; e as com títulos públicos federais, R\$29,6 bilhões (resgates líquidos de R\$56,1 bilhões no mercado primário e vendas líquidas de R\$26,4 bilhões no mercado secundário). No sentido contracionista, ocorreram as operações com derivativos, R\$11,3 bilhões; as de Redesconto e de Linhas de Liquidez, R\$853 milhões (operações de redesconto, -R\$117 milhões, e Linhas de Liquidez, -R\$736 milhões); e os depósitos de instituições financeiras, R\$20,7 bilhões (recolhimento de recursos de depósitos a prazo, -R\$1,2 bilhão; recebimento de depósitos voluntários a prazo, -R\$22 bilhões; liberação de recursos de caderneta de poupança, +R\$1,7 bilhão e de depósitos de garantia em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, +R\$0,8 bilhão).

Os meios de pagamento restritos (M1) atingiram R\$587,9 bilhões em agosto, decréscimo de 1,5% no mês, decorrente da diminuição do papel-moeda em poder do público e dos depósitos à vista em 1,1% e 1,8%, respectivamente. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 recuou 1,6% no mês.

O M2 cresceu 0,9% no mês, totalizando R\$4,7 trilhões. O saldo dos depósitos de poupança recuou 0,4% no período, somando R\$1,0 trilhão, após registrar resgates líquidos de R\$22 bilhões. O saldo dos títulos emitidos por instituições financeiras avançou 1,8%, totalizando R\$3,1 trilhões, após captações líquidas de R\$62,3 bilhões nos depósitos a prazo. O M3 registrou variação positiva de 1,4% no período, totalizando R\$9,4 trilhões, reflexo do aumento do M2 e do avanço de 1,3% no saldo das quotas de fundos do mercado monetário no período, que totalizou R\$4,5 trilhões. O M4 cresceu 0,4% no mês, totalizando R\$10,3 trilhões. Em 12 meses a variação foi de 12,4%.